

EMENDA Nº - PLEN

(ao PL nº 1542, de 2020)

Acrescente-se o seguinte art. 2º, ao Projeto de Lei nº 1.542, e 2020 e renumere-se os demais:

Art. 2º - A Lei n. 10.742, de 6 de outubro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 4º**

.....
§ 10 A CMED reduzirá o preço de entrada do medicamento, de ofício ou por requerimento, quando verificar que o preço teto está defasado em relação ao preço real praticado pelo mercado, incluindo descontos.

§ 11 É vedada a utilização de preços de medicamentos praticados em mercados nacionais sem regulação de preços como parâmetro para os fins desta lei

§ 12 A utilização de preços praticados em outros mercados nacionais como parâmetro poderá ser usada desde que os países escolhidos apresentem cenário socioeconômico similar ao do Brasil e sistema público de saúde de acesso universal.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 1.549, e 2020 é louvável no sentido de que visar suspender o reajuste de preços de medicamentos e a suspensão do reajuste dos planos de saúde por um período de 120 (cento e vinte) dias em virtude pandemia de Covid-19.

No entanto, o simples congelamento temporário dos reajustes de preços de medicamentos é insuficiente para surtir efeito desejado e provocar o alívio que se espera no sistema de saúde brasileiro e na rede privada com a redução de preços de medicamentos.



Os reajustes estipulados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) não incidem diretamente sobre os preços dos medicamentos, mas sim sobre um teto de preços. E o teto é tão elevado que ele acaba não exercendo pressão alguma sobre a dinâmica de preços no varejo.

Exemplos não faltam para ilustrar o problema. O caso do medicamento Sofosbuvir, que cura 95% dos casos de Hepatite C, nos mostra como foi possível a uma indústria e suas distribuidoras praticarem preços que variaram entre R\$ 64,94 e R\$ 956,87 o comprimido. Tudo dentro do teto da CMED. Outro exemplo é o do medicamento Trastuzumabe, empregado no tratamento de câncer de mama. Embora não incorporado para emprego em fase terminal do câncer, a judicialização feita por usuários do SUS para fornecimento do medicamento nessas situações forçou secretarias de Saúde a comprar o medicamento fora das condições centralizadas pelo Ministério da Saúde.

Os valores praticados nessas compras judiciais eram cinco vezes mais elevados do que o acordado pela empresa com o Ministério da Saúde. Tudo dentro do teto da CMED.

O que é preciso fazer para realmente impedir que os preços dos medicamentos subam durante a pandemia é mudar a forma da CMED calcular o teto, permitindo que ela faça reajustes negativos, e mudando os parâmetros comparativos que a CMED usa para estipular o teto. Isso acontece exatamente no momento do registro. É no registro que a CMED pede as informações de preços praticados em outros países, para balizar o teto brasileiro.

Ante o exposto, peço o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO
(Rede/ES)